

economia

Tarifas podem atingir 50% das exportações do Estado

EUA discutem sobretaxa a produtos brasileiros em audiências públicas

/ COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Stobbe, com agências
ana.stobbe@jcrs.com.br

Os Estados Unidos discutem a possibilidade de sobretaxar os produtos brasileiros. O tema está sendo discutido nesta segunda-feira e terça-feira em audiências públicas promovidas pelo Representante de Comércio dos EUA (USTR), órgão americano responsável por desenvolver e coordenar a política comercial internacional do país. Caso as novas tarifas sejam aprovadas, o Conselho de Comércio Exterior e da Unidade de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) aponta que 50,7% das exportações gaúchas poderão ser afetadas.

A decisão do governo norte-americano sobre a eventual implementação das medidas está prevista para 15 de julho. A discussão gira em torno da investigação do USTR aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. A apuração argumenta que o Brasil adota práticas consideradas discriminatórias e sem razão no comércio com os americanos e, como consequência, foi sugerida uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros. Outra investigação sobre trabalho forçado onde o Brasil também está incluído pode levar a outra taxa, de 12,5%.

No caso do Rio Grande do



KURT COTOAGA/DIVULGAÇÃO/JC

No Brasil, mais de 4 mil produtos brasileiros podem ser impactados

Sul, a Fiergs aponta que 50,3% das exportações gaúchas aos EUA podem chegar à tarifa adicional acumulada de 37,5%, o que afetaria US\$ 828,5 milhões do valor comercializado com os americanos. Enquanto isso, 0,3% teriam apenas o adicional de 12,5% nas taxas, o que impactaria US\$ 5,6 milhões das exportações.

No primeiro semestre de 2026, conforme dados do Panorama Comercial Brasileiro, organizado pela Fiergs com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços (MDIC), o Rio Grande do Sul comercializou US\$ 744,30 milhões com os Estados Unidos. O valor foi 21,7% inferior ao exportado no mesmo período do ano passado, quando não havia tarifas em vigor. Ao mesmo tempo, as importações aumentaram, deixando a balan-

ça comercial gaúcha negativa em US\$ 143,26 milhões – saldo que não ficava negativo desde 2021.

No cenário nacional, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta que 4.187 produtos brasileiros poderão ser impactados, o que equivale a US\$ 14,9 bilhões em exportações. Todos eles estão, atualmente, sob uma taxa temporária de 10% vigente até o dia 24 de julho.

Se as duas novas propostas forem adotadas, haverá um acréscimo de 27,5 pontos percentuais sobre esses bens, dos quais 62% são bens intermediários, utilizados como insumos em processos produtivos. Neste caso, a taxa contra o Brasil chegaria a 37,5%. Ao todo, 11 dos produtos que poderiam chegar a esse valor acumulado têm nos EUA seu principal importador.

Rodadas de discussões dividem brasileiros e norte-americanos

No primeiro painel, representantes dos setores de arroz, gelatina, sementes, cera de carnaúba e agropecuária afirmaram que as tarifas elevariam custos para consumidores americanos, encareceriam alimentos, medicamentos e insumos agrícolas e desorganizariam cadeias produtivas dos próprios EUA.

Por outro lado, houve manifestações favoráveis às tarifas, como a do presidente do U.S. Grains and BioProducts Council, Mark Wilson, que criticou a tarifa de 18% aplicada pelo Brasil ao etanol americano e afirmou que o programa RenovaBio cria barreiras aos produtores dos Estados Unidos. Ele defendeu que Washington negocie a redução dessas restrições e, caso isso não ocorra, considere aplicar uma tarifa recíproca de 25%.

O etanol é um dos principais alvos da investigação. O USTR acusa o Brasil de restringir o acesso do produto americano ao mercado brasileiro após encerrar, em 2017, um tratamento tarifário considerado equilibrado entre os dois países.

Já o segundo painel concentrou o debate na carne bovina, tema que dividiu representantes brasileiros e americanos.

Norte-americanos defenderam que a carne brasileira seja retirada da lista de exceções prevista pelo USTR, passando a ser tarifada, e que associaram a produção brasileira ao desmatamento ilegal, trabalho análogo à escravidão e falhas na rastreabilidade do gado.

Enquanto isso, a diretora-adjunta de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura

e Pecuária do Brasil (CNA), Fernanda Carneiro, rebateu as principais conclusões da investigação do USTR. Segundo ela, os acordos comerciais do Brasil não prejudicaram empresas americanas. A dirigente ainda defendeu a política tarifária do etanol como compatível com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sustentou que a competitividade do agronegócio brasileiro decorre do aumento da produtividade, sem evidências que justifiquem novas tarifas dos Estados Unidos.

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) também se manifestou neste primeiro dia de audiências.

Conforme material encaminhado pela assessoria de imprensa, a entidade argumentou que a proposta tende a elevar custos para a indústria e os consumidores norte-americanos, causar desvio de comércio em favor de concorrentes asiáticos, ampliar o déficit comercial dos Estados Unidos com esses países e enfraquecer a influência econômica e comercial norte-americana no Brasil.

A Amcham ainda reforçou a importância de uma solução negociada entre os dois governos que evite a adoção dessas tarifas, indicando caminhos concretos para o avanço das negociações bilaterais.

Entre eles, foram sugeridas a ampliação do acesso a mercados em determinados setores, a cooperação em minerais críticos, a extensão da moratória da OMC sobre transmissões eletrônicas e a agilização do exame de patentes no Brasil.

Setores buscam exceções tarifárias e governo federal se manifesta por escrito

O governo federal teve até esta segunda-feira para enviar comentários por escrito ao USTR no âmbito da investigação comercial. A linha de argumentação brasileira é a de que o País possui um regime jurídico sólido e abrangente para erradicar o trabalho forçado e impedir que bens produzidos por essa prática ingressem no mercado nacional e nas cadeias globais de valor.

Além disso, em manifestação protocolada na semana passada, o governo Lula disse ao USTR que o tarifaço de 25% proposto contra o Brasil afetará interesses americanos e reduzirá o espaço para diálogo entre os dois países em te-

mas comerciais.

O País também está representado nas audiências públicas, que acontecem em Washington, capital dos Estados Unidos, por diferentes setores econômicos. No caso da CNI, a participação ficará a cargo do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo. Para o presidente da entidade, Ricardo Alban, novas tarifas contra o Brasil vão elevar custos para empresas, consumidores e cadeias produtivas dos Estados Unidos. “O aumento das tarifas compromete uma relação comercial construída ao longo de décadas e prejudica empresas dos dois países. Estamos falando de cadeias produtivas altamente inte-

gradadas, nas quais muitos produtos brasileiros são essenciais para a indústria norte-americana”, explica.

Além da entidade, estão presentes nos EUA a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), além de outros líderes setoriais. Ao todo, a CNI sugere que, dos 80 inscritos para falar na audiência do dia 7 de julho, em que Azevêdo participará, 66 devem se posicionar contra a medida. Neste primeiro dia de debates, já ocorreram manifestações de ambos os lados.



MICHELLE FIORAVANTI/CNI/JC

Elevação das taxas enfraquece décadas de parceria comercial, diz Alban